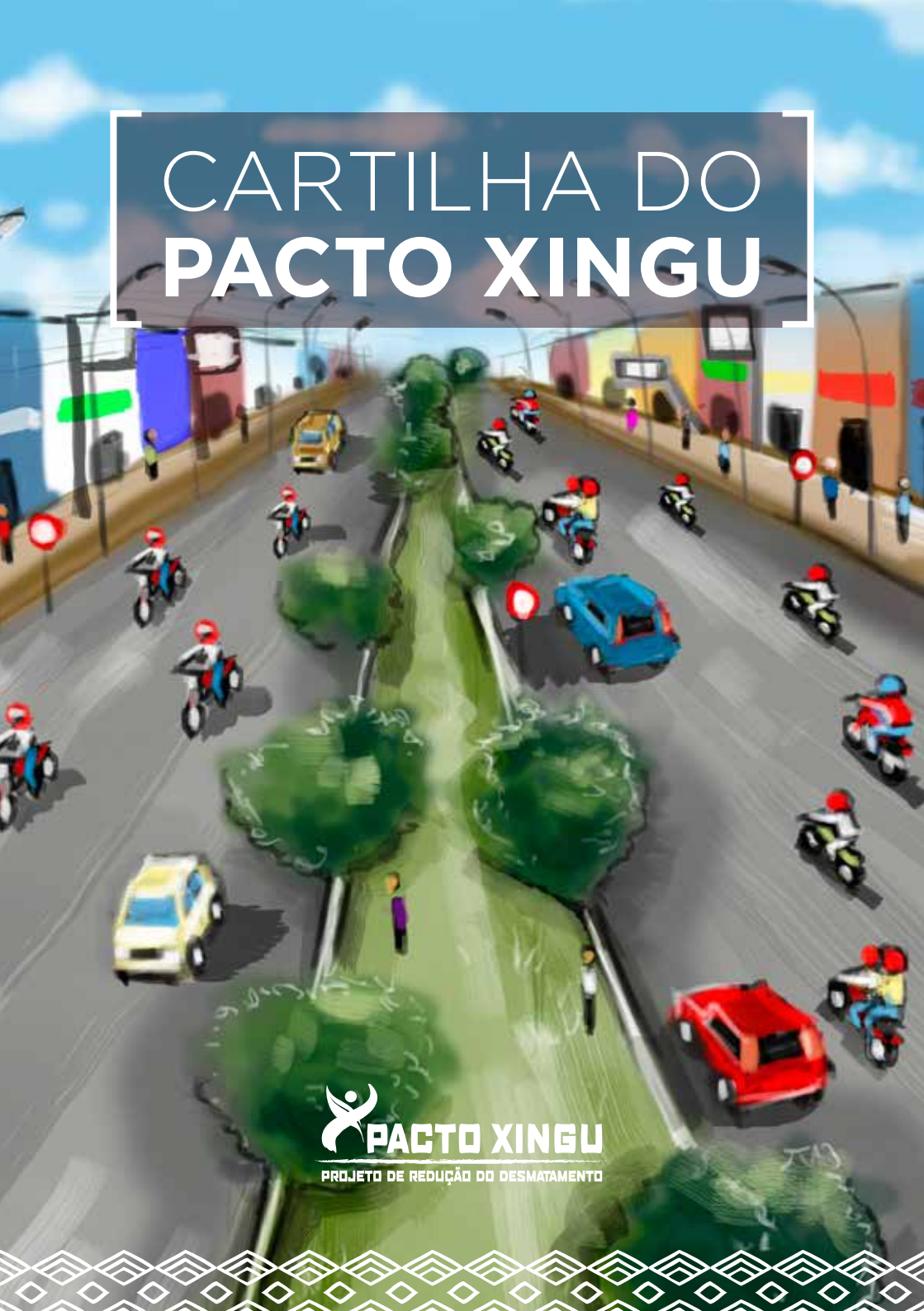


CARTILHA DO PACTO XINGU



 **PACTO XINGU**

PROJETO DE REDUÇÃO DO DESMATAMENTO





A P R E S E N T A Ç Ã O

A Cartilha do **Pacto Municipal para o Fim do Desmatamento Ilegal em São Félix do Xingu (Pacto Xingu)** foi elaborada para registrar o processo de criação do Pacto Xingu e para construir um maior diálogo com a população de São Félix do Xingu, no Pará.

O objetivo principal dessa publicação é divulgar o processo, as ações e as demandas do pacto, e trazer novos atores para a discussão, permitindo que outras instituições se apropriem dessa experiência.

A **Cartilha do Pacto Xingu** aborda, de modo informal e com ilustrações lúdicas, o que é desmatamento; como o município é atingido; quais ações já foram realizadas; a Portaria 28/2008, do Ministério do Meio Ambiente (MMA); o Cadastro Ambiental Rural (CAR); o processo de construção do Pacto Xingu; e o papel da Comissão Pós-Pacto, entre outros temas.

Com esta cartilha, pretende-se mostrar para a comunidade de São Félix do Xingu a importância de se reduzir o desmatamento e os benefícios dessas ações para o município e seus moradores.

Boa leitura!



Expediente da Cartilha do Pacto Xingu

Supervisão: Nazaré Soares

Redação e edição: Marta Moraes (Registro Profissional: 2804/13/40/DF)

Revisão: Doraci Cabanilha de Souza, Elaine Coelho e Marco Aurélio de Carvalho Silva

Colaboração: Luis Renato Cintra Lopes e Konstantin Ochs.

Projeto gráfico e diagramação: Duo Design

Ilustração: Duo Design

Impressão: Qualytá Gráfica e editora





São Félix do Xingu, no Pará, esteve, por alguns anos, entre os primeiros lugares na lista de municípios que foi criada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para combater o desmatamento na Amazônia. Mas você sabe o que é essa lista?

Criada em 2008, a partir da Portaria 28/2008 do MMA, a lista enumera os municípios que mais desmatam a Amazônia e que, portanto, devem ser priorizados com medidas de integração e aperfeiçoamento das ações de monitoramento e controle de órgãos de meio ambiente, de ordenamento fundiário e territorial, e de incentivo às atividades econômicas ambientalmente sustentáveis.

SAIBA MAIS

Ordenamento fundiário e territorial é uma forma de planejar e legalizar o uso das áreas, territórios, para a correta utilização do espaço e dos recursos do governo, garantindo melhorias na qualidade de vida para a população.

De tempos em tempos, o Ministério do Meio Ambiente inclui novos municípios na lista, a partir da análise de dados coletados pelo satélite.

Os municípios integrantes estão sujeitos a uma série de medidas de controle do desmatamento, tais como: a intensificação da fiscalização ambiental e a impossibilidade de obter autorização para novos desmatamentos em extensão superior a cinco hectares por ano nos imóveis com área superior a quatro módulos fiscais. (Saiba mais no Art. 6º do Decreto nº 6.321/2007)

6

Uma vez na lista, o município é acompanhado, recebendo apoio nas ações que visem diminuir as taxas de desmatamento e estimular a transição para uma economia de base sustentável. Como resultado, espera-se que o município seja classificado como um município com desmatamento sob controle e monitorado.



ATENÇÃO!

O município não fica embargado, só não pode haver autorizações para novos desmatamentos. Ou seja, desde 2008, inclusão do município na lista, todo desmatamento de São Félix do Xingu é ilegal.

As ações de controle do desmatamento no Brasil e em São Félix do Xingu encontram respaldo nas seguintes políticas públicas, descritas abaixo.

O **Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)**, instituído em 3 de julho de 2003, tem como objetivo promover a redução das taxas de desmatamento por meio de um conjunto de ações integradas de ordenamento territorial e fundiário, monitoramento e controle ambiental, fomento a atividades produtivas sustentáveis, envolvendo parcerias entre órgãos federais, governos estaduais, prefeituras, entidades da sociedade civil e o setor privado.

No ano de 2009 foi instituída a **Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC)**, por meio da **Lei nº 12.187/2009**, que oficializa o compromisso voluntário do Brasil junto à Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima de redução de emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas até 2020.

Segundo o **Decreto nº 7.390/2010**, que regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima, a linha de base de emissões de gases de efeito estufa para 2020 foi estimada em 3,236 GtCO₂-eq (gigatoneladas de carbono equivalente).

A governança da PNMC cabe ao Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) e seu Grupo Executivo (GEx), instituídos pelo **Decreto Presidencial nº 6.263/2007**. Os instrumentos para sua execução são, entre outros: o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e a Comunicação do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

No âmbito estadual, há o **Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará (PPCAD)** que estabelece um conjunto de ações do governo para fazer frente à perda de florestas do bioma Amazônico sob domínio do estado. Além do PPCAD, outro importante passo foi a criação do Programa de Municípios Verdes (PMV), instituído pelo decreto estadual 54/2011.

A LISTA



Mas vamos voltar um pouco no tempo para que você possa entender melhor a criação da tal lista. Devido às altas taxas de desmatamento registradas na Amazônia Legal no início da década passada, em 2007, foi editado o Decreto nº 6.321/07 que determina uma série de ações visando prevenir, monitorar e controlar o desmatamento ilegal na Amazônia. Com base no Decreto, o MMA instituiu a portaria com a lista. Além disso, outras medidas foram tomadas, como a Resolução

3545 do Banco Central do Brasil, que estabeleceu a exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário na Amazônia.

Os seguintes critérios foram adotados pelo MMA para definir os municípios críticos:

- 1) área total desmatada;
- 2) área desflorestada nos últimos três anos; e
- 3) aumento da taxa de desmatamento em, pelo menos, três dos últimos cinco anos. Esses critérios foram complementados pelas portarias nºs 102/2009, 68/2010, 411/2013 e 412/2014 do MMA, com inclusão de novos critérios e alteração dos municípios.

Segundo as portarias do MMA, editadas periodicamente, para que os municípios sejam excluídos da lista os seguintes requisitos deverão ser cumpridos:

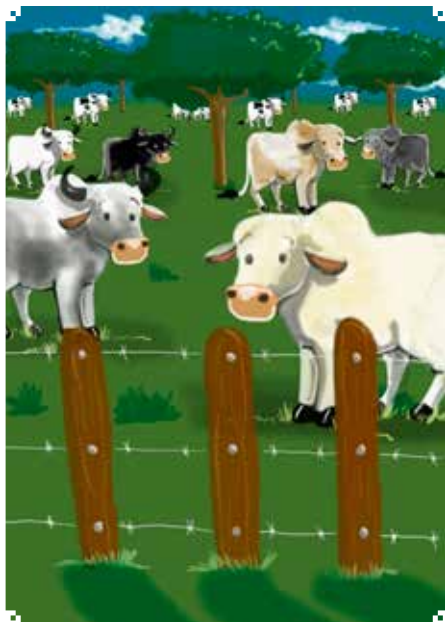
- › Possuir 80% de seu território, excetuadas as unidades de conservação de domínio público e terras indígenas homologadas, com imóveis rurais devidamente monitorados por meio de Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- › Que o desmatamento ocorrido no ano de 2012 tenha sido igual ou menor que 40 km²; e
- › Que as médias do desmatamento dos períodos de 2010-11 e 2011-12 sejam inferiores a 60% em relação à média do período de 2007-2008, 2008-2009 e 2009-2010. (dados recentes da Portaria nº 411 do MMA)

Não se preocupe, esse acompanhamento e esses cálculos são feitos pelo próprio município e pelo governo. Mas você pode fazer a sua parte para diminuir o desmatamento em São Félix do Xingu!

CONSEQUÊNCIAS

Os produtores rurais dos municípios que integram a lista podem sofrer muitas consequências. Eles podem encontrar dificuldades para obter crédito nos bancos ou até mesmo para vender a sua mercadoria de forma legal. Imagine se um produtor de São Félix do Xingu tivesse dificuldades em comercializar a sua produção, como isso afetaria o seu empreendimento!

Vale lembrar que o gado é o principal negócio da região de



São Félix do Xingu. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui um dos maiores rebanhos bovinos do Brasil, com mais de dois milhões de cabeças de gado, e a pecuária tem sido incentivada pela presença de frigoríficos na região.

É importante lembrar que aquele produtor que não desmata pode incentivar seus vizinhos para que façam o mesmo, para que a taxa de desmatamento do município fique abaixo do determinado. Todo mundo pode fazer a sua parte para que todos se beneficiem e o município possa sair da lista.

Além da lista do MMA, é aconselhável que os produtores do município fiquem atentos para executar todas as atividades produtivas de forma correta para não sofrerem embargos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Se nos imóveis rurais for encontrado desmatamento ilegal, queimada ou atividade produtiva sem a devida licença ou autorização, trabalho escravo, extração ilegal de madeira e de minério, entre outras ações irregulares, a atividade econômica e a área podem ser embargadas pelos órgãos competentes. São Félix do Xingu possui algumas propriedades rurais embargadas, o que, além de prejudicar o proprietário, passa uma imagem errada do município.

10

Os números de São Félix do Xingu

Encabeçar a lista do MMA serviu de alerta para São Félix do Xingu querer mudar. Com 84.213 km² de extensão territorial, quase o dobro do tamanho do estado do Rio de Janeiro, o município é o sexto maior município do Brasil e possui mais de 106 mil habitantes. O principal desafio é mesmo a dimensão do local. Para controlar a região gigantesca, foi preciso investir em várias ações.



A melhor forma de chamar a atenção para o desmatamento na região é mostrar os números. Confira os dados na tabela abaixo.

Apesar da boa redução desde 2008, repare que o número atual ainda está **mais de cinco vezes acima** do máximo estabelecido pela portaria do MMA, que é 40 km².

| DESMATAMENTO (KM ²) | | | | | | |
|---------------------------------|------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Local/Ano | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| São Félix do Xingu | 761 | 441,3 | 353,8 | 140,1 | 169,5 | 220,3 |

Fonte: **PRODES**

Que tal uma comparação para visualizar melhor o que isso representa?

Essa área de 220 km² corresponde, por exemplo, a área total da cidade de Recife (Pernambuco).

Imagine Marituba, município próximo à Belém, que tem 103 quilômetros quadrados. A área desmatada em São Félix do Xingu apenas em 2013 corresponde a duas vezes a área total de Marituba. É muito não é mesmo?

A elevação nos números de 2012 e de 2013 serviu de alerta para a população, organizações, prefeitura e parceiros tomarem atitudes mais severas e permanentes para o controle do desmatamento.



Mas afinal, o que é desmatamento?

Desmatamento é o processo de desaparecimento das florestas ou bosques e vegetações, causado, principalmente, pela ação do homem. O desmatamento acontece devido à derrubada de árvores e queimadas, e é um grave problema ambiental no Brasil.



Além de provocar a degradação do solo, dos recursos e habitats naturais, o desmatamento é responsável por 57% do total das emissões brasileiras de gases de efeito estufa, contribuindo para que o País seja o sexto maior emissor do mundo. Embora esse problema atinja outros biomas brasileiros, a Floresta Amazônica tem sido o principal foco das ações de monitoramento e controle do desmatamento, em decorrência de sua importância regional e global para a regulação do clima, a conservação da biodiversidade e a preservação de recursos hídricos.

Entre as causas do desmatamento na região de São Félix do Xingu estão a ocupação e uso ilegal de terras, e o uso inadequado dos recursos naturais. O desmatamento leva à perda da biodiversidade, à emissão de gases de efeito estufa, à degradação dos solos e dos recursos hídricos, à grilagem e aos conflitos de terra.

Mudanças climáticas e elevação da temperatura

A Terra já passou por inúmeras transformações negativas causadas pelo homem. Devemos tomar consciência do impacto que causamos ao planeta.

O Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMCM) divulgou, em setembro de 2013, o seu primeiro Relatório de Avaliação Nacional. O documento indica que no Brasil o aumento de temperatura até 2100 será entre 1°C e 6°C, em comparação à registrada no fim do século 20. Como consequência, deverá diminuir significativamente a ocorrência de chuvas em grande parte das regiões central, Norte e Nordeste do País.



Segundo o relatório, a mudança no clima pode transformar o semiárido nordestino em região árida nas próximas décadas. As regiões costeiras serão impactadas pelo aumento do nível do mar. O Brasil pode reduzir seu potencial de pesca em 6% nos próximos 40 anos e perder 11 milhões de hectares de terra adequadas à agricultura até 2030, o que colocaria em risco a produção de alimentos no Brasil. O aquecimento global

pode aumentar a desigualdade entre ricos e pobres no Brasil.



Basta ver os noticiários para verificar as transformações negativas pelas quais a Terra passa. “O mundo que vamos deixar para os nossos filhos depende dos filhos que deixamos para este mundo”. Esse ditado popular pode colaborar para uma reflexão. A conscientização desta nova geração começa agora, com nossas ações para cuidar do mundo em que vivemos.

Queimadas

Na região de São Félix do Xingu tem sido comum o uso de queimadas para limpar restos de cultura e para área de pasto. Mas trata-se de uma atividade que necessita de autorização prévia dos órgãos ambientais, como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento de São Félix do Xingu (Semmas).

As queimadas são a principal causa de destruição das matas, além do desmatamento. Elas acabam com o capim e a cobertura florestal. Em um ciclo vicioso, as queimadas podem estimular o aquecimento global e, com o aumento da temperatura, o próprio fogo aumenta, se espalhando mais rápido.



Você se lembra como as queimadas traziam problemas para a população do município? As crianças e as pessoas mais idosas sofriam com os olhos irritados e a tosse constante, foram muitos verões sem ver o pôr do sol por causa de tanta fumaça, até para dirigir havia menos visibilidade, as casas sempre sujas com fuligem.

Além dos gases prejudiciais, a fuligem e o carvão deixados pelas queimadas podem ajudar a aquecer o planeta. Essas substâncias absorvem muita luz solar. É como se a superfície do planeta trocasse uma camiseta verde ou branca por uma escura e saísse debaixo de sol. Quando a gente está vestindo uma camisa mais escura num dia de sol, a gente sofre mais com o calor. A Terra também.

Um outro efeito grave das queimadas é a diminuição das chuvas. De acordo com estudos, a fumaça e o carvão aumentam a temperatura local e inibem a movimentação natural de massas de ar quente e frio, atrapalhando o ciclo da água.

Segundo dados do governo brasileiro, a região mais afetada no Brasil pelo fogo é o chamado arco do desmatamento, onde a indústria madeireira, a agricultura e a pecuária avançam sobre a Floresta Amazônica.



SAIBA MAIS

A região chamada arco do desmatamento abrange 500 mil km² de terras que vão do leste e sul do Pará em direção oeste, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre.



O Projeto do MMA em São Félix do Xingu

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) tem apoiado, com programas e projetos, os municípios da Amazônia Legal para que deixem de fazer parte da lista dos maiores desmatadores do país. A primeira orientação dada pelo MMA é: desenvolver instrumentos para o monitoramento e controle dos desmatamentos, promovendo o cadastramento ambiental rural georreferenciado de 80% de suas áreas cadastráveis.

(São Félix do Xingu pode

comemorar uma importante conquista, pois em 2013 atingiu 83%.)


Os municípios devem ainda manter a taxa de desmatamento anual abaixo do limite estabelecido em portaria do MMA, que é de 40 km².



SAIBA MAIS

O Projeto Pacto Xingu é uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com a Comissão Europeia (CE) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), com o engajamento de instituições federais, municipais e estaduais, representações do setor produtivo, setor privado e organizações da sociedade civil, com atuação no município.

Conta com o apoio da Cooperação Alemã de Desenvolvimento Sustentável por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH e suas atividades são executadas em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento de São Félix do Xingu (Semmas) e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará (Sema/PA).



O **Projeto Pacto Municipal para a Redução do Desmatamento em São Félix do Xingu (Pacto Xingu)** foi criado em 2011 com o objetivo de contribuir para a redução do desmatamento na região amazônica, especialmente no município de São Félix do Xingu, bem como para reduzir as emissões brasileiras de gases do efeito estufa e prover o município de instrumentos adequados de gestão ambiental e territorial para controlar o desmatamento.

Mais ações

Vale ressaltar que em 2010 foi estabelecido um Termo de Compromisso entre o Ministério Público Federal, o estado do Pará, a Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa), o Ibama-Pará e municípios paraenses, entre eles, São Félix do Xingu, no qual constavam ações para a prorrogação do licenciamento ambiental, realização de 80% do CAR e a “celebração, em conjunto com as organizações sociais do município, de um pacto pelo controle do desmatamento em níveis inferiores a 40 km² por ano.”

Além das portarias do MMA e do Projeto Pacto Xingu, percebe-se claramente que havia uma agenda positiva em São Félix do Xingu para resolver a questão do desmatamento ilegal no município. O Projeto Pacto Xingu, que estava em fase final de aprovação naquele ano, serviu como um forte instrumento de apoio ao governo municipal nesse período.

Os principais componentes do projeto foram estruturados da seguinte forma:

- 1)** Pacto Municipal para a redução do desmatamento negociado e endossado pelos atores públicos, privados e da sociedade civil relevantes do município;
- 2)** Cadastro Ambiental Rural e mapeamento dos imóveis rurais do município realizados e integrados ao sistema estadual de monitoramento e licenciamento ambiental;
- 3)** Plano Municipal de Recuperação de Áreas Degradadas elaborado e endossado pelos atores públicos, privados e da sociedade civil relevantes do município; e

- 4) Fortalecimento das capacidades técnicas e institucionais dos órgãos públicos operando no município, para assegurarem, de forma mais eficiente e integrada, a gestão ambiental e territorial local.

O Pacto

Um dos principais resultados do Projeto do MMA é o **Pacto Municipal para o Fim do Desmatamento Ilegal em São Félix do Xingu (Pacto Xingu)**, negociado e endossado pelos atores públicos, privados e da sociedade civil relevantes no município. Instituições federais, municipais e estaduais, representações do setor produtivo, setor privado e organizações da sociedade civil, com atuação em São Félix do Xingu, dialogaram e se uniram para mudar o futuro do município, numa iniciativa pioneira de integração. A assinatura do Pacto, em agosto de 2011, fez com que todos parassem para refletir sobre o município.

18



O Pacto Xingu é representado por um documento que comprova que todos os que o celebraram estão de comum acordo em trabalhar para que o desmatamento ilegal em São Félix do Xingu diminua. O pacto formaliza um compromisso, garante legitimidade às metas estabelecidas.



O início do Pacto

A construção do Pacto Xingu foi iniciada a partir de uma audiência pública e contou, desde o início, com a participação de várias instituições e da sociedade. (Confira na próxima página todas as instituições que assinaram o Pacto.)

Na época, em 18 de maio de 2011, foi instituída uma comissão com cerca de vinte entidades para elaboração conjunta do Pacto Municipal, composta por representantes de órgãos públicos municipais, estaduais e federais, organizações não-governamentais e associações do setor produtivo local.

19



Logo após, nos meses de junho e julho de 2011, teve mais participação da sociedade nas audiências públicas realizadas em dez localidades do município, envolvendo aproximadamente 1.800 pessoas, especialmente agricultores familiares, assentados, setor produtivo agropecuário e moradores da APA Triunfo do Xingu.


Ao se discutir o Pacto Xingu, foram levantadas demandas das comunidades, juntamente com os compromissos a serem assumidos para o fim do desmatamento ilegal.

A partir das informações coletadas em todas essas ocasiões foi elaborado e firmado, em agosto de 2011, o **Pacto Municipal para o Fim do Desmatamento Ilegal no Município de São Félix do Xingu**, que já citamos anteriormente nesta cartilha.

Assinaram o Pacto Xingu:

- Associação Agropecuária dos Produtores das Terras do Meio;
- Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de São Félix do Xingu (ACIASFX);
- Associação de Agricultores Estrela do Xingu – Pombal (AAREX);
- Associação dos Agricultores Familiares do Pombal (AAGRIFPOM);
- Associação dos Agricultores Familiares Colônia Nazaré – Pombal;
- Associação dos Médios, Pequenos e Micro Produtores Colônia Fernando Velasco;
- Colônia dos Pescadores Z65;
- Associação da Vila Central (Anavic);
- Associação de Desenvolvimento e Integração Comercial do Distrito Taboca (Adic);
- Associação de Moradores da Vila Novo Planalto (Asmovinop);
- Associação de Mulheres Organizadas Rurais e Urbanas do Município (Amorum);
- Associação do Idoso da Vila Taboca (AIAP);
- Associação dos Horticultores Familiares (AHAF);
- Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Colônia Tabão (ASSTRUT);
- Associação dos Produtores Rurais Novo Brasil (Aprornob);
- Associação dos Produtores Rurais Vale do Triunfo (Asprovat);
- Associação para Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu (Adafax);




- 
- Banco da Amazônia;
 - Caixa Agrícola dos Colonos Unidos do Xingu (Cacuxi);
 - Câmara Municipal de São Félix do Xingu;
 - Colônia Xadazinho;
 - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac - SFX);
 - Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA);
 - Cooperativa Agropecuária do Xingu (Coopax);
 - Cooperativa Alternativa dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos (Capru);
 - Distrito Nereu;
 - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater);
 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);
 - Instituto da Cooperação e Promoção Comunitária da Sociedade Civil Organizada (ICPC);
 - Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB);
 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-Xingu);
 - Ministério do Meio Ambiente (MMA);
 - Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu;
 - Produtores Rurais da Taboca;
 - Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Belém (Sema/PA);
 - Sindicato dos Produtores Rurais de São Félix do Xingu (SPRSFX);
 - The Nature Conservancy (TNC);
 - Vila Clariane.

A Comissão

Juntamente com a assinatura do Pacto Xingu, foi constituída uma comissão, que funciona como um espaço de gestão coletiva de execução, acompanhamento e monitoramento das cláusulas do pacto e de seus desdobramentos.

Nas reuniões da Comissão do Pacto, vem sendo desenvolvida uma agenda positiva com ações acordadas entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil, considerada complementar e indispensável para o cumprimento do pacto. Nessas reuniões



é realizado o acompanhamento das demandas definidas pela comunidade. Vamos falar delas em breve, na próxima página!

Integram a Comissão do Pacto Xingu:

- Adafax;
- Associação Floresta Protegia (AFP);
- Agência de Defesa Agropecuária do Pará (Adepará);
- Banco Bradesco;
- Banco da Amazônia;
- Banco do Brasil;
- Capru;
- Ceplac;
- Colônia dos Pescadores;
- Conselho Gestor da APA;
- Conselho Municipal do Meio Ambiente;
- Emater;
- Fundação Nacional do Índio (Funai);
- GIZ;
- IIEB;
- Incra;
- Instituto de Terras do Pará (Iterpa);
- MMA;
- Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de São Félix do Xingu (Semagri);
- Sema/PA
- Semmas;
- Sindicato dos Produtores Rurais;
- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais;
- TNC.

22

Prioridades do Pacto

O Pacto Xingu possui algumas demandas prioritárias definidas pela comunidade, tais como, propiciar regularização fundiária; infraestrutura básica; financiamentos e créditos; assistência/ assessoria técnica; produção; e regularização ambiental. Para cada uma dessas prioridades foram eleitas pela Comissão algumas ações fundamentais.



As principais ações definidas no pacto na questão da regularização fundiária foram: regularização de áreas urbanas (estaduais e federais), de áreas rurais e do PA Pombal; organização, legalização e conclusão dos Projetos de Assentamentos (PA's); mapeamento das glebas; regularização e infraestrutura, autonomia e presença permanente dos órgãos de regularização fundiária no município.



Já na questão de regularização ambiental, as principais ações solicitadas foram: pagamento por serviços ambientais; plano de recuperação de áreas degradadas e reflorestamento com investimento nessas áreas; ações de combate e manejo do fogo; educação ambiental; mais facilidade no processo de licenciamento ambiental para os produtores; regularização ambiental dos assentamentos por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR); legalização e licenciamento para limpeza das áreas produtivas da agricultura e pecuária.

No âmbito do monitoramento, foram elencadas as seguintes ações: implementação e manutenção de sistema de sensoriamento remoto para identificação de vulnerabilidades; sistema de informações de proteção territorial sobre desmatamento e queimadas para planejamento do combate; aquisição de imagens; ações preventivas no combate ao desmatamento nas terras indígenas (TI's) e unidades de conservação (UC's); e fiscalização e monitoramento sazonal das TI's e UC's.

Resultados

Desde a assinatura do pacto, São Félix do Xingu vem apresentando bons resultados contra o desmatamento, com destaque para a reestruturação da Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento de São Félix do Xingu (Semmas), a inauguração do Observatório Ambiental Municipal de São Félix do Xingu e 83% da área cadastrável inscrita no CAR. Os resultados começam a aparecer, mas há ainda muito trabalho pela frente.

O Observatório Ambiental

O Observatório Ambiental, inaugurado em agosto de 2013, vem sendo um importante aliado para diminuir as taxas de desmatamento ilegal. Uma parceria do Projeto Pacto Xingu com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento de São Félix do Xingu (Semmas), o Observatório conta com o apoio do The Nature Conservancy (TNC). Contribuíram também para a estratégia do Observatório: o Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (Inpe), o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama - unidade de Belém) e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).



O Observatório, que funciona no prédio da Semmas, vem abastecendo São Félix do Xingu de ferramentas espaciais, de tecnologia da informação e de comunicação para o monitoramento e o controle do desmatamento ilegal em escala municipal, de forma integrada com os órgãos estaduais e federais. Vem auxiliando ainda na tomada de decisões; na definição de



políticas públicas; no planejamento de estradas, pontes, escolas; e nas definições estratégicas do município, beneficiando a comunidade.

O Observatório produz um boletim periódico, com o objetivo de manter a população informada sobre as taxas do desmatamento no município.

Cadastro Ambiental Rural

Para solucionar o problema de ausência de dados sobre as propriedades rurais, o governo brasileiro tem direcionado esforços à realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) nos municípios que mais desmatam na Amazônia, bem como à integração dos dados obtidos aos sistemas de monitoramento e licenciamento ambiental.



A ação articulada do Projeto Pacto Xingu e de algumas instituições parceiras ajudou São Félix do Xingu a conquistar um grande avanço nessa temática: o município completou, em novembro de 2013, 83% de área cadastrável inscrita no Cadastro Ambiental Rural. É isso mesmo: São Félix do Xingu é campeão em adesão ao CAR, uma conquista da qual a população do município e as instituições parceiras, tais como MMA, Prefeitura de São Félix e The Nature Conservancy (TNC), têm muito orgulho.

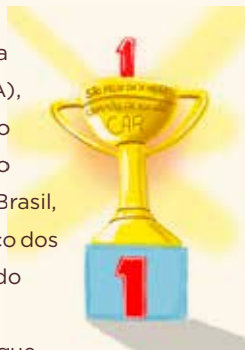
O CAR é essencial pois uma das principais limitações ao controle efetivo do desmatamento na Amazônia tem sido a dificuldade de obter informações capazes de identificar, com precisão, as áreas ilegalmente desmatadas. Isso acontece devido à ausência de dados sobre cada propriedade rural e da falta de integração entre os sistemas de monitoramento e licenciamento ambiental dos governos federal e estadual.

O produtor rural que ainda não possui o CAR pode ir à Semmas, pois a equipe local encontra-se capacitada e com todos os equipamentos necessários para auxiliá-lo.

SAIBA MAIS

O **Cadastro Ambiental Rural** é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente (APP), das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país.

Criado pela Lei nº 12.651, de 2012, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA), o CAR se constitui em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais. O Cadastro Ambiental Rural foi abordado ainda no Decreto nº 7.830, de outubro de 2012, e na Instrução Normativa nº 2/MMA, de 6 de maio de 2014, que dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural (CAR).



26

Faça a sua parte

Já falamos nesta Cartilha que São Félix do Xingu integra, desde 2008, a lista dos municípios que mais desmatam na Amazônia. Mas estamos, todos juntos, trabalhando para reverter esses números.

Você também pode ajudar a mudar essa imagem. Cada morador do município, da área rural e urbana, pode fazer a sua parte.



Atitudes positivas

Veja abaixo algumas atitudes simples que você pode tomar:

Repensar hábitos de vida e propor ações concretas para transformar sua casa, rua, bairro, comunidade, cidade e o mundo em locais melhores para se viver.

Participar do Conselho Municipal de Meio Ambiente de São Félix do Xingu, ajudando a prefeitura a encontrar soluções para os problemas ambientais e urbanos do município.

Utilizar espaços coletivos como locais de constante diálogo para analisar os problemas ambientais e desenvolver, juntos, soluções e alternativas sustentáveis. É hora de ir atrás de informações sobre o Pacto, quais demandas foram executadas, qual o andamento das outras, como você pode participar.

Plantar árvores; proteger nascentes; não jogar lixo ou esgoto nos rios; utilizar práticas de conservação do solo; e utilizar melhor os recursos naturais de forma a evitar o desperdício de água.

Evitar queimadas e comprar madeira que é extraída de forma irregular.

Evitar comprar carne de produtores que geram desmatamento.

Você, que tem comércio no município, pode e deve valorizar





a produção de agricultores familiares e produtores rurais da região que cuidam do meio ambiente. Com o crescimento deles, o comércio local também cresce. Está mais do que na hora de valorizarmos os produtores rurais que buscam fazer as coisas de forma correta.

É o momento também de os produtores rurais locais se organizarem melhor, buscando um fortalecimento de suas cadeias produtivas. Normalmente, cadeias produtivas não crescem e nem se desenvolvem graças ao trabalho solitário de um ou outro produtor. A experiência mostra que as cooperativas e as organizações são mais fortes, mais desenvolvidas, e possuem maior inserção no mercado, o que é bom para o produtor rural e bom para o município.

28

Para mudar, basta começar. O Pacto Xingu está mudando a história de São Félix do Xingu com várias ações para diminuir o desmatamento ilegal no município. Faça parte dessa mudança você também!

Saiba mais sobre o Pacto Xingu na Secretaria de Meio Ambiente de São Félix do Xingu.

Bibliografia

Barreto, P., & Silva, D. (2009). Os desafios para uma pecuária mais sustentável na Amazônia. O Estado da Amazônia, 14, 6. Belém: Imazon

Cartilha Mudança de clima - mudanças de vida/ Como o aquecimento global já afeta o Brasil - Greenpeace Brasil

Site do IBGE



Projeto Pacto Xingu

Diretor Nacional - Adalberto Eberhard

Coordenadora Nacional - Nazaré Soares

Gerente Nacional - Doraci Cabanilha de Souza

Equipe: Elaine Coelho, Konstantin Ochs, Luis Renato Cintra Lopes, Marta Moraes, Márcia Gonçalves, Marco Aurélio de Carvalho Silva, Nerivalda de Carvalho e Wiéner Souza.

Brasília - Ministério do Meio Ambiente (MMA)

SEPN 505 Bloco B 1º andar - sala 115 - Asa Norte

CEP 70730-542

Tel: (61) 2018-1607

São Félix do Xingu (PA)

Av. Duque de Caxias, s/n - Bairro Mundial (anexo ao prédio do IBAMA)

CEP 68.380-000 - São Félix do Xingu - Pará

Tel: (94) 3435-1123

<http://www.mma.gov.br/projeto-pacto-xingu>



PREFEITURA DE
SÃO FELIX
DO XINGU



Ministério do
Meio Ambiente